

UMA NOVA FORMA DE PENSAR O SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS : AS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE LIXO

Roberto Oliveira Weber³³⁵

Danielle Soncini Bonella³³⁶

RESUMO

Atualmente, percebe-se que um dos grandes problemas enfrentados pelo Rio Grande do Sul encontra-se na área social, de forma que existe uma enorme parcela da população sem condições mínimas de participar dignamente da vida em sociedade. Pode-se incluir os catadores de lixo dentre esta parcela de indigentes, que hoje não vivem, mas sobrevivem trabalhando clandestinamente, sem um mínimo de cuidados. Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo apresentar uma forma de “engenharia jurídica”, capaz de propiciar a inclusão desta parcela através da catação e triagem do lixo, via adoção dos entes “associações” e “cooperativas” relacionadas com a Lei Federal 9.790/99 (organização da sociedade civil de interesse público) e com o Decreto Estadual nº 38.356/98, que dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos no estado do Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativas – catadores de lixo – resíduos sólidos – função social

ABSTRACT

Nowadays, it is perceivable that one of the major problems faced in Rio Grande Sul is found on the social area, since there is a great parcel of the population without the minimum conditions required for participating in the life society. The garbage catchers can be included on this parcel of beggars, who don't live, but survive working in secrecy, without the minimum care. In this way, the present article shows a way of “legal engineer”, that has the possibility of engaging this population parcel of the through the picking and selection of the garbage. This can be done with the adoption of the beings associations and cooperatives related to the Federal law 9.790/99 (civil society organization of public interest) and with the State Decree n 38.356/98, that dispose about the management of the solid residues on the State of Rio Grande do Sul.

KEY-WORDS: Cooperatives – Garbage catchers – Solid Residues – Environment – Social

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista a importância para a sociedade de temas relacionados à crise ambiental hodierna, principalmente quanto à busca de soluções e alternativas, dedicar-se-á, neste trabalho, à análise de alguns aspectos relacionados à questão da poluição, dando enfoque, em especial, à problemática dos resíduos sólidos no estado do Rio Grande do Sul. Busca-se, também, construir mecanismos para que classes sociais excluídas sejam inseridas na sociedade através de uma formulação jurídica que se valerá, principalmente, das cooperativas e associações com caráter de interesse público.

³³⁵ Professor Mestre do Curso de Direito da Faculdade Metodista de Santa Maria

³³⁶ Professora Mestre do Curso de Direito da Faculdade Metodista de Santa Maria – FAMES e doutoranda em Direito Público pela Universidade de Burgos da Espanha.

Conforme dispõe nosso Código Civil de 2002, em seu artigo 44, as Associações são pessoas jurídicas de direito privado, ao lado das Sociedades e Fundações. Entretanto, embora façam parte do mesmo ramo, inúmeras são as diferenças existentes entre elas.

Basicamente a doutrina diferencia as sociedades das associações em virtude de sua finalidade de visar ou não o lucro, ou seja, as sociedades são constituídas com finalidade de lucro, enquanto as associações são instituídas com escopo cultural, recreativo, de inclusão social, de preservação ambiental, dentre outros. Por outro lado, pode-se diferenciar as Fundações das Associações tendo em vista que nessas os objetivos são de interesse dos próprios associados, passíveis de alteração, e seu patrimônio um mero instrumento para tanto.

A grande celeuma que surge no conceito trazido pelo Código Civil sobre as associações diz respeito à expressão “para fins não econômicos”. Este ponto tem sido muito debatido entre os atuais doutrinadores brasileiros. As associações de fins lucrativos, são aquelas que não estão pré-destinadas a preencher lacunas de cunho econômico para os que são associado, mas a sociedade que propicia lucros aos membros é que terá fins lucrativos.

Portanto, as associações visam preencher as mais variadas finalidades no meio social, desde que estas finalidades almejadas sejam lícitas, como por exemplo, as associações de defesa e proteção do meio ambiente ou mesmo as de catadores de lixo, cujo desempenho é importante para a formação e dignidade de seus associados, ou seja, para o equilíbrio social.

2. UMA NOVA FORMA DE PENSAR OS RESÍDUOS SÓLIDOS – ASSOCIAÇÕES E COPERATIVAS

2.1. Principais Normas e Vantagens das Associações

As associações são fundamentais para que os catadores de lixo existentes no Rio Grande do Sul consigam efetivamente se organizar e “disputar” com o setor privado o mercado da reciclagem dos resíduos sólidos. Na verdade, não deveria ocorrer disputa, mas sim uma coordenação entre o setor público e o privado – sendo que ambos poderiam vir a obter inúmeros benefícios.

A Lei das OSCIPs define o que considera como sendo um ente sem fins lucrativos, senão vejamos:

*Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos, a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.*³³⁷

Além disso, para se conseguir a referida qualificação, a Lei ainda exige que a entidade tenha pelo menos um dos objetivos sociais expressos nos incisos do artigo 3º. Outrossim, facilmente percebe-se que as associações de catadores de lixo inserem-se nestes objetivos, visto que procuram a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável (inciso VI); a promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza (inciso VIII); a experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito (inciso IX); e a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais (inciso XI).

Tendo preenchido a entidade todos os requisitos que a Lei exige para a outorga da qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a associação passará a receber certos benefícios do Poder Público para a consecução de seus objetivos, tais como doações orçamentárias e isenções fiscais.

É exatamente através desses benefícios que as associações de recicladores conseguirão fazer frente às corporações privadas – pois do contrário as organizações do terceiro setor, flagrantemente, estarão em desvantagem.

Comentando sobre as organizações da sociedade civil com viés público, Marlova Jovchelovich Noveto³³⁸ ensina que

um dos fenômenos recentes do processo de desenvolvimento social é a crescente importância das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Essas organizações atuam como defensoras de direito, prestadoras de serviços ou mesmo como agências de apoio técnico.

³³⁷ Artigo 1º, §1º

³³⁸ NOLETO, Marlova Jovchelovich. *Parcerias e Alianças estratégicas: Uma abordagem prática*. São Paulo: Global, 2000. p. 9.

Contudo, de nada adianta os catadores de lixo buscarem se organizar na forma de associações, mesmo que tenham a qualificação de interesse público, se esta não estiver coligada com o sistema de cooperativismo, ou seja, como associação não poderá distribuir os excedentes operacionais entre os associados, assim como não haverá possibilidade da criação de serviços básicos para os mesmos.

2.2. Princípios e Normas Fundamentais das Cooperativas

O cooperativismo, em todos os seus momentos, sempre buscou ter como objetivo o ser humano, levando em consideração sua natureza social – sua necessidade de conviver com seus semelhantes.

Por outro lado, como explica Júlio César de Sá Rocha³³⁹,

esse condicionamento humano visceral faz com que o indivíduo perceba o enorme potencial que a coletividade pode ter, principalmente se comparado com as evidentes limitações pessoais de cada homem.” – ou seja, “...a união faz a força”.

Como ensina José Afonso da Silva³⁴⁰, fazendo menção a Canotilho e Vital Moreira, princípios são ordenações que se irradiam e imantam os sistemas de normas, são núcleos de condensações nos quais confluem valores e bens.

Feitas estas considerações, percebe-se que, desde as primeiras cooperativas de trabalhadores³⁴¹ até as de hoje, seu funcionamento é regido por algumas normas-princípio³⁴² específicas, que atualmente encontram-se presentes principalmente na Constituição Federal de 1988, no Código Civil Brasileiro e na Lei Federal específica sobre as cooperativas - Lei 5.764 de 16 de dezembro 1971.

Também encontra-se no âmbito das cooperativas o Princípio do vínculo aberto e voluntário, que nada mais significa que as cooperativas estarão sempre abertas a receber novos membros. Por conseguinte, nosso Código Civil, em seu artigo 1094, inciso II,

³³⁹ MISI, Marcia Costa; ROCHA, Julio Cesar de Sá da. *O Direito e os desafios da contemporaneidade*. São Paulo: LTr, 1999. p. 84.

³⁴⁰ SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Editora Malheiros, 2001. p. 96.

³⁴¹ As primeiras cooperativas surgiram por volta de 1826, na Inglaterra, como reação ao empobrecimento provocado pela conversão massiva de camponeses e pequenos produtores em operários das fábricas pioneiras do capitalismo industrial (César Rodríguez, p. 335, apud Birchall, 1997, p. 3).

³⁴² Normas-princípio são os princípios que começam por ser a base de normas jurídicas, podendo estar positivamente incorporados e constituindo preceitos básicos de determinada organização (SILVA, 2001).

estatuiu que uma das características das cooperativas é o concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo. No mesmo sentido é o inciso I, do artigo 4º, da Lei 5.764, ao afirmar que nas cooperativas existe a adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; e o artigo 29, da mesma, que reza que o ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto, ressalvado o disposto no artigo 4º, item I, desta lei.

Já outra importante norma-princípio aparece no artigo 1094, inciso VI, do Código Civil, quando limita o direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital da sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação. Ou seja, será feito um controle democrático, por parte dos membros, das decisões fundamentais que são tomadas pelos cooperativados, independentemente das contribuições de capital feitas por cada associado ou a sua função na cooperativa.

O compromisso com a educação e saúde dos membros da cooperativa é uma das principais características que as cooperativas possuem, pois através deste é que a entidade possibilitará uma efetiva participação dos cooperativados nas decisões, afastando assim a alienação de seus membros. Neste passo, o inciso X, artigo 4º, da Lei 5.764, é claro ao afirmar que é objetivo das cooperativas a prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados e cooperativados.

De suma importância para que as cooperativas consigam tornar-se viáveis são as suas relações no âmbito trabalhista. Neste ponto, sabiamente, o legislador brasileiro atentou-se para tal tema, de forma que instituiu no artigo 90, da Lei das Cooperativas, que qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados. E, somente quanto aos empregados é que as cooperativas serão obrigadas a observar a legislação trabalhista e previdenciária (artigo 91, da Lei 9.764). Vislumbra-se desta forma que o legislador brasileiro retirou da esfera das cooperativas os riscos trabalhistas, como o caso de possíveis ações judiciais, o que poderia vir a desestimular a formação de novas cooperativas de trabalho.

Embora as cooperativas de trabalhadores sejam guiadas por princípios muitas vezes contrários ao do capitalismo, elas não almejam evitar o contato com o sistema de capital. Assim, César Rodriguez chega a afirmar que

embora as cooperativas estejam regidas por valores e princípio não capitalistas – isto é, contrários à separação entre capital e trabalho e à subordinação deste àquele -, as cooperativas são sempre concebidas e operam como unidades produtivas que concorrem no mercado. (2002 p. 336).

Corroborando com este entendimento, Boaventura de Sousa Santos³⁴³ afirma que o predomínio do capitalismo não reduz a amplitude de possibilidades às referidas variações. Pelo contrário, essa amplitude de possibilidades inclui formas de conceber e organizar a vida econômica baseadas em princípios não capitalistas – intercâmbio e consumo não capitalistas. Isto se evidencia no caso dos recicladores de resíduos que vendem o material que coletam para os atravessadores que, conseqüentemente, revendem às grandes empresas.

Como no tópico anterior observou-se, as associações são entidades constituídas sem fins lucrativos, podendo ter como escopo fins culturais, recreativos, religiosos, dentre outros.

Por outro lado, o mesmo não ocorre nas cooperativas, visto que o inciso VII, do artigo 4º, da Lei 5.764, possibilita o retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da assembléia geral. Assim, na forma de cooperativas é possível que seus associados possam ter uma melhoria na sua condição financeira e social, seja através de serviços proporcionados pela cooperativa ou mesmo pela distribuição dos resultados.

Refletindo sobre o referido artigo, Julio Cesar de Sá da Rocha e Márcia Costa Misi afirmam o seguinte:

Para que não parem quaisquer dúvidas, é preciso entender-se que a expressão lucro é utilizada no sentido de que o resultado econômico da atividade não poderá retornar à Pessoa Jurídica da cooperativa, mas sim e somente a seus associados, através das sobras líquidas do exercício.³⁴⁴

Assim, será analisada a possibilidade de uma “engenharia jurídica” que permita que catadores do Estado do Rio Grande do Sul se organizem em forma de associações, com o caráter de interesse público, coligadas com cooperativas de trabalhadores, para que, desta forma, exista um aumento de seus rendimentos e também possa

³⁴³ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: Os caminhos da Produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. (p. 26).

³⁴⁴ MISI, Marcia Costa; ROCHA, Julio Cesar de Sá da. *O Direito e os desafios da contemporaneidade*. São Paulo: LTr, 1999, (p. 92).

disponibilizar benefícios para eles e suas famílias, tais como serviços médicos, odontológicos, educacionais, dentre outros. Além, é claro, de estar abrandando um dos maiores problemas atuais dos grandes centros urbanos, como o caso dos resíduos sólidos.

2.3. Uma Nova Forma de Pensar o Sistema de Resíduos Sólidos

Sabe-se que, atualmente, milhares de famílias sobrevivem através da atividade de catação de lixo. Como visto anteriormente, os resíduos sólidos já não podem mais ser encarados como algo sem valor, mas sim como uma importante fonte de renda, quando submetidos a técnicas adequadas de reaproveitamento do material reciclável.

Os catadores de lixo formam um segmento da sociedade que com seu trabalho reduz drasticamente o impacto ambiental dos resíduos sólidos, pois que através da catação de toneladas de materiais passíveis de serem recicláveis, que outrora teriam por fim os chamados “lixões” acabam por ser reinseridos no mercado e reaproveitados pela sociedade.

Assim, deve-se buscar soluções que acabem com o preconceito e a discriminação referente aos catadores de lixo.

Acontece que os catadores enfrentam inúmeras dificuldades neste árduo labor da catação, eis que um número muito reduzido de Municípios adotam o sistema de coleta seletiva, tornando assim penoso, perigoso e pouco eficiente o trabalho dos catadores – inviabilizando o processo de reciclagem, quando então os custos superam, em muito, os benefícios da atividade.

E se não bastasse tais dificuldades, os catadores – tanto os organizados como os que trabalham individualmente – enfrentam a concorrência do setor privado que “cobiça” dito segmento do mercado, em face do grande retorno financeiro que o lixo, quando devidamente reciclado, pode proporcionar.

Tendo sido reconhecido o valor dos resíduos sólidos, vislumbra-se a dificuldade de identificar quem detém a legitimidade para explorar dito ramo, ou seja, pode-se privatizar todo o processo de tratamento, ou deve, o Poder Público, criar diretrizes a garantir que, no mínimo, certas etapas do processo sejam destinadas ao terceiro setor, possibilitando, assim, uma maior inclusão social.

Em outras palavras, questiona-se quem seria o proprietário do lixo urbano, isto é, quem pode dele se apropriar? Para responder a este questionamento, utilizar-se-á do

Decreto Estadual nº. 38.356, de 01 de abril de 1998, o qual regulamentou a Lei Estadual 9.921, de 27 de junho de 1993, que, por sua vez, regulamentou a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, de 1989, com relação à questão da responsabilidade pela gestão dos resíduos sólidos.

Conforme o artigo 4º, Parágrafo Segundo, do referido Decreto, ninguém pode acumular o lixo, a não ser em situações excepcionais. Assim reza o parágrafo segundo: A acumulação temporária de resíduos sólidos de qualquer natureza somente será tolerada mediante autorização prévia da FEPAM.³⁴⁵

Isso acontece por que o lixo é considerado uma questão de saúde pública, entendendo-se que sua acumulação em local irregular pode vir a tornar-se um foco de insetos (vetores de muitas doenças) - até mesmo quando o lixo em questão é o seco, ou seja, o passível de reciclagem.

Já o artigo 2º, do Decreto Estadual 38.356, dispõe que a segregação dos resíduos sólidos na origem, visando seu reaproveitamento otimizado, deverá ser implantada gradativamente nos municípios, mediante programas educacionais e sistemas de coleta segregativa, entendida esta como o acondicionamento e coleta em separado dos materiais para os quais exista viabilidade técnica de reaproveitamento. Percebe-se que ao Poder Público é atribuída a responsabilidade pela implantação e gerenciamento de um sistema de coleta seletiva do lixo, englobando, a coleta, o transporte, o tratamento, o armazenamento e a disposição final dos resíduos sólidos.

Logo, como não é permitido ao particular reter o lixo, por tratar-se de questão de saúde pública, e sendo a responsabilidade por sua coleta do Poder Público, não há como se chegar a outra conclusão a não ser a de que o proprietário dos resíduos sólidos é o próprio Poder Público, no momento em que o lixo é coletado, transformando-se, assim, em bem público.

Neste sentido, Celso Antonio Pacheco Fiorillo afirma o seguinte sobre a responsabilidade do Estado:

A grande verdade é que o Estado, responsável majoritário por esses problemas de política urbana, na qual a temática do lixo está inserida, deve encontrar soluções justas e eficazes, de modo a eliminar as agressões oriundas do lixo

³⁴⁵ CÓDIGO CIVIL: Mini/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. – 9º ed. – São Paulo: Saraiva, 2003.

*urbano, e ao mesmo tempo, conceder àqueles dependentes o direito não só a um meio ambiente sadio, mas à própria sobrevivência.*³⁴⁶

Considerando então o lixo como bem público, para que possa ser realizada sua alienação, é necessária, em primeiro momento, a adoção da modalidade de licitação.

E este procedimento é obrigatório, eis que nossa Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso XXI, reza:

*ressaltados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas das propostas, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.*³⁴⁷

Todavia, no caso específico dos resíduos sólidos, estes não podem ser encarados como uma mera alienação de material descartado já aproveitado, mas como a implantação de um sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos, abrangendo principalmente as etapas de catação, triagem, lavagem e prensagem do lixo.

Já o artigo 1º, da Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, reza que o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e a saúde, atendido os requisitos previstos nesta lei.

Neste sentido, ensina Hely Lopes Meirelles³⁴⁸ que o Poder Público pode efetuar com essas entidades contrato de gestão para a formação de parceria visando à realização daquelas atividades antes mencionadas, para o quê se dispensa licitação.

Outrossim, passando-se para a esfera estadual, o Decreto Estadual nº. 38.356, de 1998, em seu artigo 30, determina a criação de uma Comissão, a ser integrada por um representante, respectivamente, das Secretarias da Coordenação e Planejamento, da Fazenda, do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, do Trabalho, Cidadania e Ação Social, da Subchefia para Assuntos do Interior da Casa Civil, da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM -, da Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC – e da Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional –

³⁴⁶ FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2004.

³⁴⁷ CONSTITUIÇÃO FEDERAL – CÓDIGO CIVIL – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Organizador Yussef Said Cahali. 4. ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2002.

³⁴⁸ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Editora Malheiros, 2003.

METROPLAN -, para sob a coordenação da FEPAM, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da nomeação dos seus integrantes, apresentar propostas para viabilizar: (...) III – o incentivo de indústrias recicladoras de resíduos sólidos e; IV – o incentivo à criação e o desenvolvimento de associações e/ou cooperativas de catadores e classificadores de resíduos sólidos.

Através dos dispositivos legais analisados, pode-se afirmar que as atividades de catação, triagem, lavagem e prensagem devem ser repassadas para as associações e cooperativas de catadores de lixo, ficando as demais etapas do processo de reciclagem sob a responsabilidade do setor privado (das indústrias ou usinas).

Nota-se que a solução mais interessante é que o Poder Público delegue as atividades antes mencionadas, através do incentivo à criação e manutenção de cooperativas e associações, limitando-se à supervisão e fiscalização, especialmente quanto à degradação do meio ambiente e quanto ao aspecto social, garantindo um padrão mínimo de sobrevivência aos catadores.³⁴⁹

Portanto, o Poder Público permanece responsável, solidariamente, pela prestação do serviço e eventuais ônus daí decorrentes, não fugindo, pois, às suas obrigações.

Outra forma de incentivo foi trazida pela Lei Federal 9.790, de 23 de março de 1999, que institui o que denominou Termo de Parceria, definido em seu artigo 9º, da seguinte forma: Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público. E no artigo 10, afirma que o Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes envolvidas.

Assim, através destes incentivos que o Poder Público está obrigado por lei a conceder, cria-se e mantêm-se as associações de catadores de lixo, estas como visto, com a qualificação que a Lei das OSCIPs poderá outorgar-lhes.

Entretanto, referida lei apenas o fez com relação às associações, vedando expressamente que as cooperativas venham a adquirir esta qualificação, eis o teor do artigo 2º, inciso X, que aduz que não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (...) X – as cooperativas.

³⁴⁹ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Lixo: Limpeza Pública Urbana – Gestão de Resíduos Sólidos sob o Enfoque do Direito Administrativo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

Isto acontece por que a lei entendeu que as cooperativas são pessoas jurídicas com finalidade lucrativa, sendo, conseqüentemente, sujeitas à tributação. Porém, aptas a distribuir lucros e proporcionar serviços para os seus membros.

Verifica-se que, isoladamente, o problema não será solucionado, ou seja, atuando no mercado sozinhas, tanto as associações como as cooperativas, inevitavelmente, acabará frustradas em relação à geração de trabalho e de renda, no caso dos catadores.

Assim, o que se pretende é uma nova forma jurídica de institucionalizar a atividade dos catadores de resíduos sólidos no estado do Rio Grande do Sul, utilizando-se para tanto as categorias “associações” e “cooperativas” em conjunto, sendo que os indivíduos membros das associações sejam os mesmos das cooperativas, porém atuando em momentos distintos. Primeiramente, as associações dos catadores receberiam recursos públicos – através da fixação de Termos de Parceria entre elas e o Poder Público – para a realização das atividades de catação, triagem, lavagem e prensagem dos resíduos sólidos.

Num segundo momento, este material, já devidamente tratado e prensado, seria entregue, via doação, para a cooperativa – cujos membros são os mesmos das associações - eis que esta teria a responsabilidade de se relacionar com o mercado e demais setores da sociedade.

Posteriormente, os lucros obtidos com a venda deste material seria distribuídos, de forma equânime, entre seus membros – visto ser esta a fundamental característica das cooperativas, diferentemente das associações que estão proibidas de fazê-lo – possibilitando assim que milhares de pessoas deixem a situação de indigência – verdadeiros miseráveis – para, efetivamente, conseguirem adquirir as mínimas condições de sociabilidade, tais como saúde, dignidade, educação e trabalho. Além disso, ressalta-se que estas organizações prestam uma importante contribuição para o meio ambiente, pois acabam por aumentar o “tempo de vida útil dos produtos consumidos” e, desta forma, reduzem significativamente a quantidade de materiais que acabariam nos aterros sanitários – situação que hoje ocupa lugar de destaque dentre os principais problemas enfrentados pelo Estado do Rio Grande do Sul, aumentando o ciclo de vida destes, o que implica em menor degradação do solo – e em menor uso também – além de possibilitar o uso realmente racional dos recursos que, se reaproveitados, permitem maior abundância da matéria-prima no meio natural.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o estudo adentramos no universo dos Resíduos Sólidos, almejando a busca de soluções para tal problema. Passa-se a perceber que para tais problemas, as soluções nunca são isoladas, envolvendo sempre um grande número de atores nos diferentes momentos de sua execução, talvez tendo como ator principal o Poder Público, o qual é responsável pelo bom funcionamento do sistema.

Não se deve pensar que a natureza, por si só, solucionará os problemas referentes à acumulação de lixo nos grandes centros urbanos, visto que há muito já superamos o seu ritmo normal de recuperação, passando a poluir cada vez mais o meio em que vivemos.

Para a adoção de qualquer sistema que pretenda encontrar soluções não paliativas para a questão dos resíduos sólidos, deve-se iniciar a pesquisa pelos principais conceitos e momentos do ciclo do lixo, desde a extração da matéria-prima até sua destinação final nos aterros sanitários. Ou seja, somente após de realizado esse estudo é que estaremos aptos para elaborar um sistema que venha a eliminar os entraves existentes.

Sobre estas problemáticas, sabe-se que as questões a serem solucionadas são dinâmicas - envolvendo processos sociais em constante transformação – e que a fundamental preocupação do cientista deve ser, sempre, com a inclusão social dos menos favorecidos, devendo saber lidar com as diferenças e dificuldades, atentando sempre para o bom senso, sob pena de estar em descompasso com a realidade e cometer inúmeras injustiças.

Portanto, o sucesso ou fracasso das diversas tentativas de solucionar depende essencialmente da perfeita articulação e equilíbrio de todas as ações e entes, de forma que isoladamente nada se resolve na esfera social.

Levando em consideração tais afirmações, verifica-se que algumas razões fazem com que o estudo seja de relevante interesse para a sociedade em geral, tais como a grande quantidade de pessoas que hoje sobrevivem através do lixo, sem condição alguma de higiene; a pobreza que cerca estas pessoas, tendo elas muitas vezes que se alimentar de alimentos outrora relegados à condição de lixo; a vontade de construir um sistema que possibilite a inclusão social deste segmento da população, além de melhorar as condições ambientais do planeta, de forma a se desenvolver de forma sustentável.

Vislumbra-se também que zelar pela qualidade de vida, valorizar o patrimônio ambiental e conscientizar a população sobre estes problemas deve ser responsabilidade de todos, pois na verdade, estamos “todos no mesmo barco”, ou seja, num planeta chamado Terra.

Para tanto, de suma importância demonstrou o estudo das associações e cooperativas de catadores de lixo, pois somente através delas é que se poderá obter resultados realmente satisfatórios, estando em condições de igualdade com o poder privado.

Assim, muito útil foi o presente estudo, pois elucidou várias questões a respeito da importância que possuem os catadores nos dias atuais, assim como a condição precária em que se encontram.

Também serviu para iluminar pontos referentes da seara administrativa, como os princípios e normas das Organizações qualificadas como de Interesse Público, principalmente no estado do Rio Grande do Sul.

Por fim, motivação não falta para continuar a aperfeiçoar o tema, tanto na forma de pesquisas teóricas como buscando coragem para experimentar, na prática, os processos elaborados e debatidos, pois de nada adianta permanecer “cheios de boas intenções” se estas não virem a se realizar, ou, ao menos, tentarem se realizar.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NOLETO, Marlova Jovchelovith. **Parcerias e Alianças estratégicas: Uma abordagem prática**. São Paulo: Global, 2000.

MISI, Marcia Costa; ROCHA, Julio Cesar de Sá da. **O Direito e os desafios da contemporaneidade**. São Paulo: LTr, 1999.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Editora Malheiros, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: Os caminhos da Produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

MISI, Marcia Costa; ROCHA, Julio Cesar de Sá da. **O Direito e os desafios da contemporaneidade**. São Paulo: LTr, 1999.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – CÓDIGO CIVIL – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
Organizador Yussef Said Cahali. 4. ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Editora Malheiros, 2003.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Lixo: Limpeza Pública Urbana – Gestão de Resíduos Sólidos sob o Enfoque do Direito Administrativo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

CÓDIGO CIVIL: Mini/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. – 9º ed. – São Paulo: Saraiva, 2003.

FEPAM - **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler / RS**
– <http://www.fepam.rs.gov.br>.